

**Banco Andbank (Brasil) S.A.**

CNPJ nº 48.795.256/0001-69

**Demonstrações Financeiras - Para os exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 e para o semestre findo em 31/12/2021** (Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

**Relatório da Administração**

banco, o comprometimento da matriz com a operação brasileira e o excelente trabalho que toda uma equipe vem realizando. **BACEN - Circular nº 3.068/01:** Declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 67.812, em 31/12/2021. **Estrutura de gerenciamento de riscos: Índice da Basileia:** Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01/03/2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado nos encerramentos trimestrais de 2020 e de 2021:

	2020	2021	2021
Março	89.457	21.425	33,40%
Junho	82.522	22.385	29,50%
Setembro	65.319	18.788	27,80%
Dezembro (antes do aumento capital) (a)	4.058	18.049	1,00%
Dezembro (após aumento capital) (a)	37.560	18.691	16,10%
2021			
Março	33.863	28.035	9,66%
Junho	101.794	38.699	21,04%
Setembro	97.470	30.205	25,81%
Dezembro	92.690	16.877	43,93%

(a) Em 03/07/2019, o Banco assinou um acordo operacional com a Capital Serviços de Agente Autônomos Ltda. ("Capital"), o qual teve vigência a partir do dia 01/08/2019, este acordo proporcionou um crescimento expressivo nos ativos sobre distribuição do Banco, incrementando as receitas com intermediação e de serviços. Em dezembro de 2020, foi realizada

a apuração do valor total desta combinação de negócios através do estudo de alocação de preços ("Purchase Price Allocation") que precificou a operação em R\$ 56.296. Este montante, foi registrado como ativo intangível no balanço patrimonial da entidade, reduzindo seu patrimônio de referência para R\$ 4,058 e, por consequência, o índice de Basileia reduziu para 1,00%. Entretanto, em 18/12/2020, foi deliberado o aumento de capital do Banco no valor de R\$ 30.155, o qual foi aprovado pelo Banco Central em 20/01/2021. Com esse aumento o patrimônio de referência e índice de Basileia, passa para os valores de R\$ 37.560 e 16,07%, respectivamente. Ressaltamos que o Banco Andbank Brasil conta com o compromisso e a capacidade de seu controlador em realizar aportes quando necessário. **Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo":** O Banco conta com instrumentos de controle e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas, os casos são submetidos para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações

que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração. **Ouidoria:** Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouidoria no dia 30/09/2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações. **COVID-19:** A Administração tem monitorado constantemente os impactos ocasionados referente aos acontecimentos oriundos do COVID-19 e respectiva volatilidade apresentada no mercado financeiro. Apesar do impacto imediato apresentado no início da pandemia, mais especificamente entre os meses de março e maio de 2020, ocasionado principalmente pela desvalorização do real e pela redução dos ativos sobre administração, o 2º semestre de 2020 e o exercício de 2021 foram de recuperação e retomada dos ingressos de ativos. Desta forma, a Administração julga que com a situação atual da pandemia e à luz das informações disponíveis até este momento, não há indicadores que teremos impactos relevantes que possam trazer efeitos representativos às projeções de caixa e tomada de decisão. O Andbank tomou todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, adaptando sua forma de relacionamento com os clientes e parceiros, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais. Referente aos colaboradores do Andbank, o Banco realizou testes de Covid sempre que necessário e reforçou seu compromisso com a transformação, mantendo sua estrutura no modelo de home office nos períodos mais críticos da pandemia e adotando o modelo híbrido nos meses subsequentes.

São Paulo, 28/03/2022.

Demonstração do resultado	2º Semestre		
	Nota	2021	2021
Receitas da intermediação financeira		27.747	46.614
Operações de crédito		1.865	4.463
Resultado com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e.	25.087	41.438
Resultado de Operações de Câmbio		795	713
Despesas da intermediação financeira		(2.864)	(4.740)
Operações de captação no mercado		(2.896)	(4.680)
Constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	32	(60)
Resultado bruto da intermediação financeira		24.883	41.874
Outras receitas/despesas operacionais		(35.613)	(63.186)
Receitas de prestação de serviços	17	17.863	37.539
Despesas de pessoal	18	(17.550)	(33.301)
Outras despesas administrativas	19	(20.579)	(46.295)
Despesas tributárias		(2.849)	(5.415)
Resultado de investimentos em controladas	23	(85)	(219)
Outras receitas operacionais	20	3.443	11.383
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	21	(3.432)	(3.812)
Outras despesas operacionais	21	(12.424)	(23.066)
Resultado operacional		(10.730)	(21.312)
Resultado não operacional	27	(4)	3.302
Resultado antes da tributação sobre o resultado		(10.734)	(18.010)
Imposto de renda e contribuição social		(283)	(1.149)
Imposto diferido	22	(283)	(1.149)
<b>Prejuízo do semestre e exercício</b>		<b>(11.017)</b>	<b>(19.159)</b>
Quantidade de ações ordinárias		590.939.513	590.939.513
Prejuízo por ação - R\$		(0,01864)	(0,03242)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		
Nota	2021	2020
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	<b>221.716</b>	<b>158.831</b>
Aumento do capital social (aprovado pelo Banco Central em 20/01/2021)	30.155	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(141)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	(174)	174
Resultado do exercício	(105)	(11.058)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>251.871</b>	<b>198.703</b>
<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>251.871</b>	<b>198.703</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.395)	(1.395)
Ajuste de avaliação patrimonial - controlada	(43)	(43)
Aumento do capital social (aprovado pelo Banco Central em 17/05/2021)	65.235	-
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	(174)	174
Resultado do exercício	(154)	(19.159)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>317.106</b>	<b>256.569</b>
<b>Saldo em 01/07/2021</b>	<b>317.106</b>	<b>256.569</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.242)	(1.242)
Ajuste de avaliação patrimonial - controlada	(45)	(45)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	(87)	87
Resultado do semestre	(154)	(11.017)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>317.106</b>	<b>256.569</b>

**Impairment:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento. A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19. **2.2.4. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "resultado com instrumentos derivativos". As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização no resultado. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 4c. destas demonstrações financeiras. **2.2.5. Operações de crédito:** As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas "pro rata" com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 5º dia de atraso. A partir do 6º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99. **2.2.6. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas. **2.2.7. Imobilizado de uso:** São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano. **2.2.8. Ativos intangíveis:** São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou a exercícios com essa finalidade, bem como também é composto por registro de valores pagos na aquisição de direitos contratuais ou outros direitos legais de proteção, ou de outro tipo de controle, referentes ao relacionamento com os clientes. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil indefinida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **2.2.9. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment". Em 31/12/2020, a perda por "impairment" reconhecida pelo Banco foi de R\$ 925, referente a antiga plataforma Andbank (front-end), substituída em junho de 2020, e de R\$ 10.502, referente a projetos de

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	2º Semestre		
	Nota	2021	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>(11.017)</b>	<b>(19.159)</b>
Prejuízo do semestre e exercício		5.186	9.139
Depreciação e amortização	21	85	219
Resultado de investimentos em controladas	23	85	359
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	(32)	60
Provisão para riscos	14	3.003	3.374
Amortização do ágio	21	4.421	8.899
Perda na alienação de imóvel		8	8
Atualização de depósito judicial	20	(53)	(86)
Impostos diferidos	22	283	1.149
<b>Luço ajustado</b>		<b>1.884</b>	<b>3.603</b>
<b>Varição de ativos e passivos</b>		<b>(11.969)</b>	<b>(88.099)</b>
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		50.584	(47.759)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras		32	(142)
(Aumento) Redução em operações de crédito		18.182	13.656
Redução em outros créditos e outros valores e bens		12.096	13.666
Aumento (Redução) em depósitos		(83.479)	(51.688)
Aumento (Redução) em outras obrigações		(9.384)	(15.831)
(Redução) em resultado de exercícios futuros		-	(294)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais</b>		<b>(10.085)</b>	<b>(84.496)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(13.591)</b>	<b>(16.420)</b>
Aquisição de imóvel		(11.950)	(13.943)
Aquisição de intangível		(1.641)	(1.777)
Aumento de capital em controlada		-	(700)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(13.591)</b>	<b>(16.420)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>16</b>	<b>65.235</b>
Aumento de Capital Social	16	-	65.235
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento (Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(23.676)</b>	<b>(35.680)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ exercício	3	37.610	49.614
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/ exercício	3	13.934	13.934

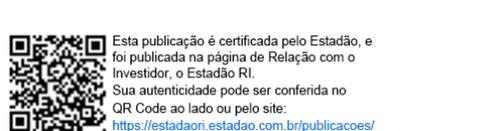
tecnologia. Em 31/12/2021 não houve reconhecimento de perda por "impairment". **2.2.10. Imposto de renda e contribuição social:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103, que majorou novamente a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 15% para 20%, a partir/03/2020, aplicável apenas para Bancos. Em 01/03/2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 que alterou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL de 20% para 25%, a ser aplicada no período de 01 de julho a 31/12/2021, apenas para Bancos, retornando para a alíquota de 20% a partir/01/2022. Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 4º da Resolução nº 4.842 de 30/07/2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. **2.2.11. Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas para os seguintes itens:

Item	Nota
Valor justo dos instrumento financeiros	4
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7
Redução ao valor recuperável (impairment) do ágio	11
Provisões, contingências e obrigações legais	14
Imposto de renda e contribuição social diferido	22

O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas. **2.2.12. Despesas antecipadas:** São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do exercício é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos. **2.2.13. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisões para riscos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios: **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativa, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; **Provisões** - referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada; e **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas admi-

Demonstração dos resultados abrangentes	2º semestre		
	Nota	2021	2021
<b>Prejuízo líquido do semestre e exercício</b>		<b>(11.017)</b>	<b>(19.159)</b>
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda		(45)	(43)
lquido dos efeitos fiscais - controlada		(45)	(43)
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda		(1.242)	(1.395)
lquido dos efeitos fiscais		87	174
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		(20,423)	(11,058)
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(12.127)</b>	<b>(20,423)</b>
nistrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. <b>2.2.14. Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo:</b> Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passível, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo. <b>2.2.15. Combinações de negócios:</b> Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis. O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado linearmente com base em estudo técnico de alocação do preço pago (PPA - "Purchase Price Allocation") e submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos. <b>2.2.16. Investimentos:</b> Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. <b>2.2.17. Apuração do resultado:</b> As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se relacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras. <b>2.2.18. Participações no resultado:</b> As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado. <b>2.2.19. Lucro (prejuízo) líquido por ação:</b> O lucro/prejuízo por ação básico é calculado com base na média ponderada de ações em circulação durante o ano do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. <b>2.2.20. Eventos subsequentes:</b> Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: <b>Eventos que originam ajustes:</b> são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e <b>Eventos que não originam ajustes:</b> são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. <b>2.2.21. Alterações de normas contábeis: Convergência às normas internacionais de contabilidade:</b> Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: <b>CPC 00</b> - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; <b>CPC 01 (R1)</b> - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; <b>CPC 02 (R2)</b> - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; <b>CPC 03 (R2)</b> - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20; <b>CPC 04 (R1)</b> - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; <b>CPC 05 (R1)</b> - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20; <b>CPC 10 (R1)</b> - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; <b>CPC 23</b> - Registro contábil e evidencição de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; <b>CPC 24</b> - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20; <b>CPC 25</b> - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; <b>CPC 27</b> - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; <b>CPC 33 (R1)</b> - Benefícios pagos a empregados - homologado pela Resolução 4.877/20; <b>CPC 41</b> - Resultado por ação - homologado pela Circular 3.959/19 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20. O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento; <b>CPC 46</b> - Mensuração do Valor Justo - Tema consolidado pela Resolução 4.924/21. Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco. <b>Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros:</b>			

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Disponibilidades em moeda corrente	45	79
Disponibilidades em moeda estrangeira	191	232
<b>Total disponibilidades</b>	<b>236</b>	<b>311</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	13.698	49.303
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>13.934</b>	<b>49.614</b>
(a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1.		
<b>4. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:</b> Em 31/12/2021 e de 2020, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros estavam assim compostos: <b>a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:</b>		
	<b>Dezembro 2021</b>	<b>Dezembro 2020</b>
	<b>Custo atualizado</b>	<b>Valor contábil/ Mercado</b>
Carteira própria	-	-
Letras financeiras	5.722	5.832
Letra de crédito do agronegócio	117	119
	<b>5.839</b>	<b>5.951</b>



continuação

	Dezembro 2021			Dezembro 2020		
	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado	Valor Ajuste a mercado
<b>Vinculados à prestação de garantias (i):</b>						
Cotas de fundos de investimentos (ii)	3.124	3.124	-	2.997	2.997	-
<b>Subtotal</b>	<b>3.124</b>	<b>3.124</b>	<b>-</b>	<b>2.997</b>	<b>2.997</b>	<b>-</b>
<b>Títulos disponível para venda</b>						
Carteira própria:						
Letras do tesouro nacional	65.422	62.815	(2.607)	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	19.172	19.172	-	39.705	40.095	390
Debêntures	325	168	(157)	167	167	-
Certificados de depósitos bancários	12	12	-	12	12	-
Certificados de recebíveis agrícolas	-	-	-	95	98	3
<b>Subtotal</b>	<b>84.931</b>	<b>82.167</b>	<b>(2.764)</b>	<b>39.979</b>	<b>40.372</b>	<b>393</b>
<b>Vinculados ao Banco Central (iii):</b>						
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	30.200	30.195	(5)
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.200</b>	<b>30.195</b>	<b>(5)</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias (i):</b>						
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	24.239	23.891	(348)
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.239</b>	<b>23.891</b>	<b>(348)</b>
<b>Subtotal</b>	<b>84.931</b>	<b>82.167</b>	<b>(2.764)</b>	<b>94.418</b>	<b>94.458</b>	<b>40</b>

i) Os títulos vinculados à prestação de garantias são: Títulos Públicos para garantir operações de contratos futuros na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e as cotas do fundo de investimento caucionados em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios de aluguel. ii) As cotas de fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil das datas de balanço. iii) Representam títulos vinculados ao aumento de capital. Em 31/12/2021 e de 2020 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários. Títulos para negociação e títulos disponíveis para venda foram classificados de acordo com os seguintes níveis em 31/12/2021 e 31/12/2020: • Nível 1: títulos e valores mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo. • Nível 2: títulos e valores mobiliários que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos, considerando inputs observáveis. • Nível 3: títulos e valores mobiliários para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2021			2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Títulos para negociação</b>	<b>3.124</b>	<b>-</b>	<b>3.124</b>	<b>8.948</b>	<b>-</b>	<b>8.948</b>
Cotas de fundos de investimentos	3.124	-	3.124	2.997	-	2.997
Letras financeiras	-	-	-	5.832	-	5.832
Letra de crédito do agronegócio	-	-	-	119	-	119
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>81.999</b>	<b>168</b>	<b>82.167</b>	<b>94.291</b>	<b>167</b>	<b>94.458</b>
Letras do tesouro nacional	62.815	-	62.815	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	19.172	-	19.172	94.181	-	94.181
Debêntures	-	168	168	-	167	167
Certificados de depósitos bancários	12	-	12	12	-	12
Certificados de recebíveis agrícolas	-	-	-	98	-	98

b. Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários: **Dezembro 2021 (i)** **Dezembro 2020 (i)**

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Sem vencimento (ii)	3.124	2.997
A vencer até 360 dias	19.162	58.854
A vencer acima de 360 dias	130.817	41.555
<b>Total</b>	<b>153.103</b>	<b>103.406</b>

n) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. ii) Cotas de fundos são classificadas como sem vencimento, independentemente da sua classificação contábil. c. **Instrumentos financeiros derivativos - Negociação:** O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura local de risco de mercado dos investimentos do grupo no Brasil, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia global do Grupo Andbank estabelecidas pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe. Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Em 31/12/2021 e 2020, a composição dos instrumentos financeiros derivativos, estava assim apresentada:

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Valor Contratado	Valor Justo	Valor Contratado	Valor Justo
<b>Termo de moedas (NDF)</b>				
Dólar (PTAX) x REAL	Inst. Financeira	-	-	3.333

**Contratos de futuro**

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Valor Contratado	Valor Justo	Valor Contratado	Valor Justo
Dólar (PTAX) Bolsa Comprada	-	-	-	(350)

(i) Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados como Nível 2. Os contratos de Futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão e os contratos de NDF são registrados na CETIP. A operação de NDF e seu hedge (Futuro de Dólar) possuem riscos associados ao descausamento de fluxos, enquanto a operação de futuro possui ajuste diário, o NDF possui apenas o fluxo no vencimento. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de colaterais para manter as posições abertas. Assim, a área de riscos do Banco projeta em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco que apesar de diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada. Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores", e a pagar registrados na conta "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores" (vide nota 13c). O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 30.653 (R\$ 23.891 em 2020). Os valores referenciais estão registrados em contas de compensação. d. **Diversificação por prazo dos instrumentos financeiros derivativos:**

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Ativo	NDF	Ativo	NDF
De 3 meses a 6 meses	-	-	3.333	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.333</b>	<b>-</b>

**Passivo**

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Futuros Dólar	Até 3 meses	Futuros Dólar	Até 3 meses
Até 3 meses	-	-	(350)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(350)</b>	<b>-</b>

e. **Resultados reconhecidos com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez:**

	2º Semestre 2021		Exercício 2021		Exercício 2020	
	2021	2021	2021	2021	2020	2020
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	669	1.335	1.037	-	-	-
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	12.290	22.933	21.876	-	-	-
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo - NDF (a)	(7.380)	6.096	8.215	-	-	-
Resultado sobre contrato de futuro	19.508	11.074	4.884	-	-	-
<b>Total</b>	<b>25.087</b>	<b>41.438</b>	<b>36.012</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(a) O total de ajuste de marcação a mercado, registrado no resultado foi de R\$ 66 (R\$ 622 em 2020). O valor de ajuste de marcação a mercado negativo, referente aos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, em 31/12/2021 é de R\$ 1.500 (R\$ 105 em 2020) e estão registrados na rubrica ajustes de avaliação patrimonial no Balanço Patrimonial, líquido dos efeitos tributários. 5. **Relações interfinanceiras:** Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pela BANCAR, para cumprimento das exigibilidades dos compromissos sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural. 6. **Operações de crédito:** As informações da carteira de operações de crédito, em 31/12/2021 e de 2020, são assim sumarizadas: a. **Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação:**

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Cédula de crédito bancário (CCB)	Adiantamento a depositantes	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado
<b>Subtotal operações de crédito</b>	<b>41.348</b>	<b>55.004</b>	<b>41.348</b>	<b>55.004</b>
Ativo circulante	30.074	29.929	-	-
Ativo não circulante	11.274	25.075	-	-

b. **Diversificação da carteira por vencimento:**

	Dezembro 2021		Dezembro 2020		
	A vencer	Vencidos	A vencer	Vencidos	
<b>Total</b>	<b>Saldo</b>	<b>%</b>	<b>Saldo</b>	<b>%</b>	
Vencidos:					
De 1 a 14 dias	-	624	100,00	4.257	7,74
De 15 a 30 dias	-	-	-	7	0,01
De 91 a 180 dias	-	-	-	28	0,05

**A vencer:**

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Saldo	%	Saldo	%
Até 90 dias	12.587	30,91	-	-
De 91 a 180 dias	4.140	10,16	-	-
De 181 a 360 dias	12.723	31,24	-	-
Acima 360 dias	11.274	27,69	-	-
<b>Total</b>	<b>40.724</b>	<b>100,00</b>	<b>624</b>	<b>100,00</b>

c. **Diversificação da carteira por segmento de mercado:**

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor privado:				
Serviços	16.347	39,53	3.028	5,51
Pessoas físicas	25.001	60,47	51.976	94,49
<b>Total</b>	<b>41.348</b>	<b>100,00</b>	<b>55.004</b>	<b>100,00</b>

d. **Diversificação da carteira por nível de concentração:**

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior devedor	12.843	31,06	7.297	13,27
Dez maiores seguintes	20.857	50,44	30.630	55,69
Demais devedores	7.648	18,5	17.077	31,05
<b>Total</b>	<b>41.348</b>	<b>100,00</b>	<b>55.004</b>	<b>100,00</b>

e. **Composição da carteira por nível de risco:**

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Curso	Total da carteira	Curso	Total da carteira
<b>Nível de risco</b>	<b>pro- visão</b>	<b>normal</b>	<b>pro- visão</b>	<b>normal</b>
AA	6,430	6,430	28,516	28,516
A	28,253	624	28,877	(145)
B	1,0	6,041	6,041	(60)
E	30,0	-	-	28
<b>Total</b>	<b>40.724</b>	<b>624</b>	<b>41.348</b>	<b>(205)</b>

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020, não foram registradas baixas de crédito para prejuízo, bem como não houve recuperações de valores baixados para prejuízo. Em 2021 foram renunciadas operações de crédito no montante de R\$ 14.156 (R\$ 6.957 em 2020). 7. **Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:** A movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	2º Semestre 2021		Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Saldo	Reversão	Saldo	Reversão	Saldo	Reversão
Saldo Inicial	-	-	237	-	145	-
Constituição de provisão líquida de reversões	(32)	-	60	-	(20)	-
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>-</b>	<b>205</b>	<b>-</b>	<b>145</b>	<b>-</b>

8. **Outros créditos: a. Rendas a receber:**

	2021		2020	
	Comissões e corretagens a receber (a)	Contas a receber vendida de bem (b)	Comissões e corretagens a receber (a)	Contas a receber vendida de bem (b)
<b>Total</b>	<b>5.475</b>	<b>4.102</b>	<b>4.102</b>	<b>4.102</b>

Comissões e corretagens a receber (a)  
Contas a receber vendida de bem (b)  
**Total**  
Ativo circulante  
Ativo não circulante  
(i) Referem-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos e rebate de fundos. (b) Refere-se a contas a receber pela venda de bem imóvel recebido em garantia o qual estava registrado em Outros Valores e Bens. b. **Diversos:**

	2021		2020	
	Devedores por depósito em garantia (nota 14)	Partes relacionadas - valores a receber empresas do grupo (nota 15)	Devedores diversos	Outros
<b>Total</b>	<b>10.754</b>	<b>21.129</b>	<b>8.978</b>	<b>19.435</b>

9. **Ativos fiscais diferidos:** Em consonância com a resolução 4.842/20, emanada pelo CMN, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições: I. Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; II. Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos; O Banco está em fase de conclusão do processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são Back Office e Front Office, com a criação de um portal para nossos clientes, que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirá ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, consequentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados. Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco, líquidos do passivo fiscal diferido, e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2020		Constituição (Reversão)		Realização		Saldo 31/12/2021	
	Ativo	NDF	Ativo	NDF	Ativo	NDF	Ativo	NDF
<b>Diferenças temporárias líquidas</b>								
Provisão contingência trabalhista	383	-	(35)	-	348	-	-	-
Provisão devedores duvidosos	78	-	(13)	-	65	-	-	-
Processos cíveis	344	13	-	-	357	-	-	-
Processos fiscais	318	2	-	-	320	-	-	-
Bônus	2.667	768	(2.667)	768	-	-	-	-
Provisão com comissões	1.992	928	(1.992)	928	-	-	-	-
Outras provisões para pagamento	117	-	-	-	117	-	-	-
Ajuste valor de mercado (TVM) (i)	35	1.430	-	-	1.465	-	-	-
Ajuste valor de mercado (NDF)	29	-	(29)	-	-	-	-	-
<b>Total referente a diferenças temporárias</b>	<b>5.963</b>	<b>3.141</b>	<b>(4.736)</b>	<b>4.368</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	27.450	1.623	-	29.073	-	-	-	-
<b>Total (ii)</b>	<b>33.413</b>	<b>4.764</b>	<b>(4.736)</b>	<b>33.413</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(i) A movimentação de R\$ 1.430 representa os valores de R\$ 1.176 e R\$ 254, registrados respectivamente no patrimônio líquido e resultado. (ii) Os ativos fiscais diferidos são classificados em sua totalidade como não circulante. A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 7,2% em 2022, 7,0% em 2023, 7,9% em 2024, 13,9% em 2025, 23,8% em 2026, 20,0% em 2027, 16,1% em 2028 e 4,1% em 2029. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, o valor presente é de R\$ 18.453 em 31/12/2021 (R\$ 31.171 em 2020). Em 31/12/2021, o Banco possui o montante de R\$ 33.413 ativados referente a créditos tributários (R\$ 33.413 em 31/12/2020). Em 31/12/2021, o Banco possui R\$ 4.783 de créditos tributários não ativados (R\$ 25 em 2020). 10. **Outros valores e bens:**

	2021		2020	
	Despesas antecipadas (a)	Outros valores e bens (b)	Despesas antecipadas (a)	Outros valores e bens (b)
<b>Total</b>	<b>10.476</b>	<b>9.224</b>	<b>10.476</b>	<b>9.224</b>

Provisão outros valores e bens  
**Total**  
Ativo circulante  
Ativo não circulante  
(a) Em 2021 foram registrados novos sign bônus no montante de R\$ 7.646, saldo em aberto na data-base de R\$ 6.650. (b) Em 2021, venda de bem imóvel com garantia de alienação fiduciária registrado em 31/12/2020 pelo montante de R\$ 2.795. 11. **Permanente: a. Imobilizado de uso:**

	2021		2020	
	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Equipamentos de informática/comunicação	Equipamentos de segurança	Total
<b>Total</b>	<b>10%</b>	<b>6.861</b>	<b>(2.787)</b>	<b>4.074</b>

b. **Ativos intangíveis:**

	2021		2020	
	Taxa de amortização	Intangível acumulado	Amortização acumulada	Total
Ativos intangíveis (i)	(			

continuação

(a) Crédito tributário não ativado. 23. Participações em Controladas:

Empresa	Capital Resultado			Aumento de		Patrimônio		Quantidade de		Participação no		Valor do		Resultado
	Social	exercício	Reflexa (b)	Capital Social (c)	Líquido	cotas possuídas	capital social	Investimento	equivalência	2021	2020	2021	2020	
Andbank DTVM (a)	1.795	(219)	(43)	700	673	728.659.580	99,98%	673	235	(219)	(359)			
					2021	2020								
					319.675	254.613								
					(226.985)	(217.053)								
					92.690	37.560								
					(75.813)	(18.869)								
					16.877	18.691								

(a) Em 15/02/2019, a Andbank DTVM incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., Em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agrícola Reig S.A. (b) A reflexa refere-se ao MTM de Títulos Disponíveis para Venda registrado em Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido da investida. (c) Aumento de capital social deliberado em 23/06/2021. Em 05/07/2021 o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou o aumento de capital social de R\$ 700 na investida Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário Ltda. 24. Outras informações: a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1/03/2013, e circulares publicadas em 31/10/2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Em 08/01/2015 o Andbank adquiriu 100% das ações do Banco. Com isso a Andbank DTVM Ltda. e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir/02/2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas. Em 31/12/2021, o índice de Basileia do Banco (Prudencial) é de 43,93% (16,1% em 31/12/2020).

b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, em 31/12/2021 estão registrados em contas de compensação R\$ 677.873 (R\$ 204.559 em 31/12/2020). c. A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) publicada em 22 de maio de 2015, foi convertida na Lei 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019. Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103, que majora novamente a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 15% para 20%, a partir de março de 2020, aplicável apenas para Bancos. Em 01 de março de 2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 20% para 25%, a ser aplicada no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021, apenas para Bancos, retornando para alíquota de 20% a partir de janeiro de 2022. d. Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a

Aos Administradores e Acionistas do Banco Andbank (Brasil) S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é

empresa contratada para revisão das demonstrações financeiras e auditoria para o exercício findo em 31/12/2021, não prestaram outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente. e. A Administração avaliou os impactos ocasionados referente a situação atual da pandemia do COVID 19 e respectiva volatilidade apresentada no mercado financeiro. E julga que com a situação atual da pandemia e à luz das informações disponíveis até este momento, não há indicativos que teremos impactos relevantes que possam trazer efeitos representativos às projeções de caixa e tomadas de decisão. 25. **Estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos:** A estrutura de gerenciamento de riscos do Andbank Brasil considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões interinas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital. • **Gerenciamento do risco operacional:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17. Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos. • **Gerenciamento do risco de mercado:** Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de: • Operações sujeitas à variação cambial; • Taxas de juros; • Preços de ações; • Preços de mercado ("commodities"). O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consoli-

#### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela audito-**

ria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das

complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado. Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil. O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos - COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado. • **Divulgação das informações relativas a gestão de riscos:** As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no site do banco na internet (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>). São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos: a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional; b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3; d) Formulário de referência; e e) Notas explicativas às demonstrações financeiras. 26. **Benefícios Pós Emprego:** Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria. 27. **Resultados não recorrentes:** Conforme artigo 34 da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, apresentamos abaixo o resultado não recorrente:

	31/12/2021	31/12/2020
	(19.159)	(11.058)
<b>Resultado</b>		
<i>Resultados não recorrentes</i>		
Reembolso de despesas	(a) 3.467	5.920
Venda de ativos não operacionais	(b) 3.306	-
Acordo operacional	997	-
Contingência cível	(c) (3.192)	-
Ressarcimento a clientes	(1.919)	-
Serviços de terceiros	(710)	-
Contingência trabalhista	(300)	-
Impairment projetos de tecnologia	(d) -	(10.502)
Impairment plataforma form-end	-	(925)
<b>Resultados recorrentes</b>	<b>(20.808)</b>	<b>(5.551)</b>

(a) Reembolso de despesa - Vide nota 20. (b) Venda de ativos não operacionais - Refere-se substancialmente ao ganho de R\$ 3.219 na venda de bem imóvel recebido em garantia o qual estava registrado em Outros Valores e Bens. (c) Provisão de contingência cível - Vide nota 14. (d) Vide nota explicativa 19 - Processamento de dados. 28. **Eventos subsequentes:** Não houve eventos subsequentes que requeira, ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2021.

#### Diretoria/Administração

Carlos Ramalho Foz Luis F. Jimenez Aragon José Carlos J. Campos Jr.  
Leonardo M. Hojaj Tarcísio B. Castro Jr.

#### Contador

Tainá Harumi Barros - CRC GO 019166-0

#### Diretor Responsável

Claudemir do N. R. Machado - CRC 1SP217346/O-5

políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30/03/2022

**Deloitte Touche Tohmatsu** Luana Melo De Souza  
**Auditores Independentes Ltda.** Contadora  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 292386/O-2



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadãori.estadao.com.br/publicacoes/>